

ESTRANHANDO AS CIÊNCIAS SOCIAIS: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE TEORIA QUEER

Richard Miskolci¹

Resumo: Neste curto artigo, busco apresentar de forma didática e introdutória a vertente de pensamento conhecida como Teoria Queer e suas tensões com as teorias sociais canônicas nas Ciências Sociais. Início com uma digressão histórica sobre as origens do pensamento queer para depois voltar-me às suas críticas à teoria social hegemônica. Concluo com uma breve reflexão sobre o potencial papel político queer na recente democratização do ensino superior brasileiro.

Palavras-Chave: Teoria Queer; teoria social; ciências sociais; hegemonia heterossexual.

Há pouco mais de duas décadas, a hegemonia heterossexual passou a ser contestada como tendo delimitado por mais de um século o que compreendemos como a sociedade ou a cultura. Refiro-me à emergência, em diversos contextos nacionais, de uma vertente de pensamento que viria a ser chamada por Teresa de Lauretis, feminista italiana radicada nos Estados Unidos, de Teoria Queer. O uso de uma injúria (*queer*) dirigida a homossexuais e, em especial, a dissidentes de gênero, para denominar uma corrente de reflexão traduz o impulso insurgente que dava origem a um novo pensamento radical sobre a sexualidade.

É possível afirmar que Teoria Queer é um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões

¹ Departamento de Sociologia – UFSCar, e-mail: ufscar7@gmail.com, Pesquisador do CNPq.

sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantém desigualdades de toda ordem, em especial no menor reconhecimento político e de direitos daquelas pessoas cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas sociais.

Em outras palavras, as reflexões queer afirmam que a ordem política e cultural da heterossexualidade compulsória garante os privilégios políticos, culturais e até econômicos daqueles/as que vivem dentro de suas prescrições. Tais constatações se deram em meio ao auge do período mortal da epidemia de aids, a partir de fins da década de 1980, quando ficou patente como o desejo homossexual ainda era encarado pela maioria das pessoas como uma ameaça à sociedade. A homossexualidade, que deixara de ser considerada uma doença mental em 1973, passava a ser repatologizada em termos epidemiológicos (Pelúcio e Miskolci, 2009).

Homossexuais e dissidentes de gênero passaram a ser vistos como uma ameaça contaminante à ordem social estabelecida, leia-se heterossexual, reprodutiva e assentada no modelo familiar tradicional. Tornavam-se, portanto, *queer*, abjetos, pessoas com relação às quais muitos não escondiam sentir nojo e até mesmo esperarem que fossem eliminados. Compreende-se, assim, como o uso do termo *queer* para denominar uma linha de pensamento e pesquisa foi um ato político de ressignificação da injúria. Autodenominar-se *queer* era fazer de um termo negativo e que deveria causar vergonha uma forma de combate às forças

normalizadoras cujo intuito de exclusão e até mesmo eliminação de dissidentes sexuais e de gênero era patente.

Mas no que residia a novidade do pensamento Queer emergente? Qual sua ruptura em relação aos estudos gays e lésbicos que o precederam? Por que seu alvo era a teoria social vigente e que – na maior parte – ainda é ensinada nos cursos de ciências sociais e humanas mundo afora? Para responder a essas questões é necessária uma curta digressão histórica, a partir da qual teremos elementos para compreender melhor algumas das especificidades do Queer como uma vertente teórico-conceitual, mas também política, de crítica da hegemonia heterossexual na sociedade, na política e, no que é o foco deste artigo curto e voltado para iniciantes, na teoria social.

Em termos políticos, a emergência de demandas de reconhecimento homossexual se deu na forma de movimentos organizados desde meados do século XX, portanto quase ao mesmo tempo em que, em termos científicos, intelectuais de diversas partes do mundo começaram a contestar as fontes teórico-conceituais existentes para compreender as sexualidades dissidentes. No Brasil, em 1959, José Fábio Barbosa da Silva defendeu uma dissertação de mestrado na Escola de Sociologia e Política intitulada *Aspectos Sociológicos do Homossexualismo em São Paulo*, trabalho orientado por Florestan Fernandes e cuja banca de defesa contou com Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Em outros países surgiram pesquisas sobre o tema, mas se convencionou mencionar o artigo da socióloga britânica Mary McIntosh “The Homosexual Role” (1968) como o primeiro trabalho

a tratar a homossexualidade como construção social, portanto não mais uma condição biológica e muito menos uma patologia. O artigo saiu um ano antes da rebelião de Stonewall em Nova York, considerada um marco da criação do movimento homossexual. Na década seguinte, em diversos países, floresceriam os hoje chamados estudos gays e lésbicos, os quais buscavam compreender e analisar as vidas de pessoas não-heterossexuais.

Apesar de sua importância, os estudos gays e lésbicos constituíam estudos de minorias, portanto – talvez até contra seus interesses – conseguiam apenas confirmar a “normalidade” de gays e lésbicas sem contestar tampouco problematizar a heterossexualidade, a qual ficou em uma benéfica zona de conforto que a mantinha como a suposta ordem natural do desejo. Além disso, tinham como foco principal apenas as formas de homossexualidade socialmente menos perseguidas, a de mulheres e homens cuja performance de gênero era mais convencional e pouco ou raramente reconheceram as problemáticas de dissidentes sexuais e/ou de gênero como transexuais, travestis, entre outrxs.

As origens da Teoria Queer remontam a esse contexto, portanto ao fim da chamada Revolução Sexual, dos movimentos liberacionistas feministas e gays e do – hoje sabemos – curto período de despatologização da homossexualidade que começou com sua retirada do manual internacional de doenças mentais. No início da década de 1980, Monique Wittig analisava a mente hetero, Adrienne Rich denunciava o caráter compulsório da heterossexualidade enquanto Michel Foucault trabalhava nos volumes finais de sua história da sexualidade, quando emergiu a epidemia de aids e, com

ela, o maior pânico sexual de nossa história.

A homossexualidade deixara de ser vista como uma forma de loucura, mas passava a ser encarada como suposto vetor de contaminação coletiva. Néstor Perlongher abre seu livro *O que é aids?* (1987) afirmando que um espectro rondava o Ocidente, portanto, parafraseando Marx e Engels em *O Manifesto Comunista*, para analisar o que criava o fantasma do desejo homossexual. Seu feito nesse livro curto e certeiro foi compreender a epidemia em seus aspectos político-sociológicos sublinhando como a aids servia de subterfúgio para uma perseguição renovada ao desejo homossexual e um reordenamento da sexualidade sob o controle heterorreprodutivo.

Foi em meio ao refluxo conservador detonado pela epidemia que pensadores/as de diversos países desenvolveram análises inovadoras sobre a hegemonia política heterossexual. Enquanto no Brasil, em meio ao retorno à democracia, discutia-se a criação de um sistema universal de saúde e desenvolvia-se respostas públicas à epidemia que, mais tarde, resultariam em um dos melhores programas de aids do mundo, nos Estados Unidos a resposta estatal à urgência de saúde pública foi desarticulada e empreendedores morais reeditaram cruzadas anti-homossexuais.

Lá a resposta da sociedade civil foi a criação de movimentos como o ACT-UP e o Queer Nation e, ao mesmo tempo, na academia, muitos/as intelectuais passaram a refletir sobre o cenário político e cultural em que, de forma renovada e potencializada, a homossexualidade ressurgia como uma espécie de ameaça à coletividade. No Brasil, Perlongher foi uma voz quase solitária em seu radicalismo político que denunciava os intuitos biopolíticos que

ganhavam força e passavam a moldar até mesmo a área de pesquisa em sexualidade. Em muitos outros países, vozes como a de Perlongher ecoaram enquanto no contexto norte-americano chegaram a formar um conjunto mais ou menos articulado de intelectuais cujas reflexões, como já comentei, a partir de 1991 começaram a ser chamadas de Teoria Queer.

Em 1993, Perlongher nos deixou e coube a algumas feministas a manutenção de seu legado associado à recepção e ressignificação do pensamento queer emergente em outras paragens. A historiadora Karla Bessa foi uma das primeiras intelectuais brasileiras a resenhar e apresentar artigos em congressos sobre essa nova perspectiva intelectual e política. De qualquer maneira, tudo indica, o primeiro artigo brasileiro a apresentar um estado da arte sobre essa linha foi o “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação” (2001) de Guacira Lopes Louro.²

Na década de 2000, pesquisadores de áreas do conhecimento como a sociologia, história, educação, linguística e comunicação começaram a publicar trabalhos que representavam uma ruptura com a produção sobre sexualidade que predominara em nosso país até então. Uso o termo ruptura para assinalar algumas diferenças dessa produção em relação à anterior, dentre as quais destaco um olhar mais crítico à hegemonia heterossexual e um foco menos “minoritarizante” com relação às sexualidades dissidentes, as quais, inclusive, passaram a ser expandidas para abarcar expressões

² Para uma genealogia da Teoria Queer consulte a monografia de Fernando José Benetti (2013). Além de uma possível genealogia do queer no Brasil, trata-se de excelente monografia de conclusão de curso de graduação em História. Um bom exemplo de TCC para graduandxs.

anteriormente menos reconhecidas como as transexualidades, as travestilidades, a intersexualidade, etc.

O olhar mais crítico à hegemonia heterossexual fez circular entre nós termos como heterossexismo, heteronormatividade e matriz heterossexual. De forma muito geral, heterossexismo explicita quando a heterossexualidade é tomada como um dado, pressuposta ou esperada em teorias, normas jurídicas ou mesmo em relações sociais cotidianas. Heteronormatividade se refere às normas sociais que impõem não necessariamente a heterossexualidade em si, mas seu modelo a outras relações, inclusive entre pessoas do mesmo sexo. A matriz heterossexual designa a expectativa social de que os sujeitos terão uma coerência linear entre sexo designado ao nascer, gênero, desejo e práticas sexuais. Assim, por exemplo, alguém com vagina teria que – obrigatoriamente – ser feminina, ter desejo por pessoas com pênis/masculino e ser passiva sexualmente. Sobretudo, são três conceitos queer que permitem criticar aspectos normalizadores presentes na vida social e que antes eram tidos como “naturais” ou inquestionáveis.³ Também constituem um olhar mais sociológico para a sexualidade como um dos eixos de organização política e hierarquização coletiva.

Agora, após essa digressão, temos elementos para adentrar na problemática central desse artigo: como os estudos queer têm problematizado a teoria social canônica e quais suas contribuições para a crítica da hegemonia heterossexual na produção do conhecimento sobre o que compreendemos como a sociedade ou a cultura.

³ Para definições mais precisas desses conceitos consulte Miskolci, 2012a.

A crítica queer às ciências sociais

As ciências sociais e humanas construíram seu campo de investigação, teorias e conceitos assentados na heterossexualidade. A antropologia, a ciência política e a sociologia partiram da pressuposição de que a heterossexualidade instituía os limites da vida social e do que seria possível investigar.⁴ A psicanálise, mesmo com sua noção de sujeito mais dinâmica e despatologizando o desejo homossexual criou teorias que apontam para a heterossexualidade como o desenvolvimento esperado e normal do sujeito. Em comum, ciências sociais e psicanálise partilham de uma ontologia do social baseada em um suposto tabu do incesto, o qual além de nunca ter sido efetivo, serviu para ocultar uma outra proibição primária: a do desejo homossexual.

As ciências humanas, desde fins do XIX, delimitaram o social e o psíquico como sinônimos de heterossexualidade, no fundo, uma ordem política e social fundada no desejo masculino voltado para a reprodução. Dentro desse círculo mágico sob o controle masculino e heterossexual formas de desigualdade de gênero e sexuais foram – no máximo - abordadas como questões minoritárias, ou melhor, secundárias e apenas solucionáveis sob a ótica dominante.

A Teoria Queer, bebendo nas fontes feministas e gays e lésbicas mais radicais da década de 1970 e 1980, desafiou essa

⁴ Uma análise mais detalhada e crítica do heterocentrismo das ciências sociais pode ser encontrada em Miskolci (2014).

ontologia do social trazendo ao discurso seus limites e interesses. Dentre as fontes queer destaco as que problematizaram a perseguição ao desejo homoerótico: *Le Désir Homosexuel* (O Desejo Homossexual) de Guy Hocquenghem, *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* de Gilles Deleuze e Felix Guattari, assim como o clássico artigo “A troca de mulheres: por uma economia polícia do sexo” de Gayle Rubin. Além dessas fontes da década de 1970, foram fundamentais obras de feministas como Monique Wittig e Adrienne Rich assim como o primeiro volume de *História da Sexualidade* de Michel Foucault.

A oposição à teoria social canônica se iniciou pela crítica ao fato de que o tabu do incesto mascara a proibição histórica da homossexualidade desde o século XIX criando uma espécie de mito originário da cultura que torna a heterossexualidade inquestionável. As teorias sobre o tabu do incesto sempre se referiram a um suposto desejo do filho homem pela mãe ou, no máximo, aludindo a um possível desejo da menina pelo pai,⁵ portanto alocando a origem da cultura em uma proibição primária que regularia relações heterossexuais sob o controle masculino. Trata-se de uma ontologia do social que o heterossexualiza naturalizando relações de poder que podem ser objeto de crítica e transformação. Sobretudo, forclui dessa ontologia o desejo homossexual escondendo sua proibição primária, anterior mesmo ao suposto tabu do incesto.

⁵ Para críticas ao heterocentrismo dessas teorias consulte o artigo clássico de Gayle Rubin (1991) e as reflexões de Judith Butler (2003). Além de frágeis, tais teorias se assentam em uma compreensão da sexualidade como marcada pela repressão, aspecto refutado por Foucault em sua já clássica *História da Sexualidade: a vontade de saber* (2005).

Na perspectiva queer, a heterossexualidade não é natural e seu domínio é compreendido como tendo bases culturais e políticas, portanto, sendo baseadas em uma forma sofisticada de hegemonia social. Elementos teóricos e conceituais adequados permitem que a hegemonia hetero seja objeto de análise crítica. Em outras palavras, a sociedade ou a cultura como as conhecemos pelas teorias sociais estabelecidas delimitam os limites do pensável, mas como observou Judith Butler em *Problemas de Gênero*: “O ‘impensável’ está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura *dominante*.” (2013, p.117)

O impensável – leia-se uma sociedade não fundada na proibição das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo - não está fora da cultura, antes dentro dela, apenas de forma dominada. É possível pensar de forma insurgente pelas bordas do social, na região que foi propositalmente forcluída dele e, muitas vezes, relegada até mesmo ao reino do abjeto. Emerge assim um pensamento queer, não-normalizador, uma teoria social não-heterossexista e que, portanto, reconhece a sexualidade como um dos eixos centrais das relações de poder em nossa sociedade.

Os estudos queer têm se caracterizado por criarem conhecimento por meio do abjeto, do que a sociedade considera como ameaçando sua visão idealizada sobre si própria. Nesse sentido, o abjeto vai além da sua definição psicanalítica como a esfera do que causa náusea e nojo e alcança a de um espaço-condição que problematiza versões idealizadas que se instituíram como o que a maior parte da teoria social ainda compreende como sociedade. Em suma, a Teoria Queer provê ferramentas conceituais e teóricas para

desconstruir ontologias do social e da cultura construídas em uma perspectiva masculinista e heterossexual.

Há ao menos duas características dos estudos queer que permitem compreender seu poder analítico: o método destrutivista e a problematização do sujeito. Enquanto as ciências sociais, em seu intuito de desnaturalizar o social, têm tido como marca – nas últimas décadas – formas variadas de construtivismo social e histórico, o pensamento queer aposta na desconstrução como meio mais afeito a esse mesmo empreendimento.

De forma muito geral, e apenas com intuitos didáticos, é possível afirmar que a despeito das boas intenções, o construtivismo social tendeu a corroborar o que buscou compreender enquanto a desconstrução parte da crítica da ordem existente para problematizá-la. Um estudo construtivista busca desnaturalizar o social mostrando que um fenômeno têm raízes históricas e é resultado de relações de poder, mas pode – ao invés de criticar o que se passa – justificar o que existe. Pesquisas em uma perspectiva destrutivista desnaturalizam o social partindo da crítica do que existe por meio de sua genealogia⁶.

Além disso, nas ciências sociais e humanas, a concepção de sujeito dominante é – por princípio – heterossexual. Daí a clássica divisão entre teorias da estrutura e da ação social tangenciar a problematização do próprio sujeito e sua formação. Trata-se,

⁶ Refiro-me aqui à genealogia como método assim como exposta por Foucault, a partir de suas leituras de Nietzsche. Na sociologia, um estudo clássico que trabalha em perspectiva similar é *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber.

também, de um sujeito pouco dinâmico em comparação ao da psicanálise, a qual, por sua vez, também é marcada por limites como uma hegemonia da perspectiva masculina sobre a psique assim como da tendência à heterossexualização do sujeito.

Na perspectiva queer, é possível reconstituir o pensamento psicanalítico por meio de uma nova topografia psíquica não-masculinista e não-heterossexista. Assim, por meio da desconstrução e uma concepção de sujeito mais sofisticada, abre-se espaço para a superação do construtivismo social assim como do histórico binarismo que marca a teoria social há mais de um século: a oposição estrutura versus ação social.

Ao menos no Brasil, onde as ciências sociais se distanciaram da psicanálise, a relação entre o social e o psíquico tendeu a permanecer uma zona cinza que impede a exploração dos contextos em que se dá a generificação e a sexualização dos sujeitos⁷, sobretudo em sua fase formativa, a qual tende a ser achatada por concepções como a de “socialização primária”. Mesmo lidando com sujeitos adultos, predominam análises baseadas em pressuposições correntes, apenas sofisticadas pela exploração de seus componentes culturais e históricos.

Felizmente, há exceções e a perspectiva queer sobre o sujeito influenciou vertentes pós-coloniais, como atesta a obra de Stuart Hall, sociólogo jamaicano radicado na Inglaterra. Em seu já clássico artigo “Quem precisa de identidade?”, Hall – baseado em Butler - desenvolve uma compreensão dos processos de identificação que

⁷ Para uma compreensão de como se dá a sexualização e generificação dos sujeitos consulte o capítulo “Proibição, Psicanálise e a produção da matriz heterossexual” em *Problemas de Gênero*.

marcam a formação – e contínua metamorfose - do sujeito. Mas deixa de explorar e analisar as consequências dessa nova concepção no que se refere à hegemonia heterossexual e masculinista na teoria, a qual tem relações históricas com processos racializadores.

Chegamos aqui a uma problemática caracteristicamente brasileira, a da intersecção sexualidade, gênero e raça. Em *O Desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX* (2012) busquei lidar com esse eixo interseccional de maneira a explorar como nossa constituição como nação se baseou em um ideal heterorreprodutivo, o qual articulou normas de sexualidade e gênero com intuítos de racialização dos não-brancos, processo histórico e social que – ao mesmo tempo – criou a branquitude de nossas elites econômicas e políticas. Uma branquitude que alçou o homem branco e heterossexual à norma relegando mulheres e não-brancxs à subalternidade e, sobretudo, o desejo por pessoas do mesmo sexo à invisibilidade e ao abjeto. Busquei, portanto, fazer uma genealogia crítica da cultura brasileira hegemônica, algo só possível porque ela passa por abalos desde o processo de redemocratização iniciado com o fim da última ditadura militar (1964-1985).

A incorporação da Teoria Queer entre nós se iniciou – ainda que não exclusivamente – de forma mais clara, pela área da educação, portanto em uma área historicamente afeita à reflexão sobre a formação dos sujeitos. Desde Paulo Freire sabemos que a educação pode servir a intuítos emancipadores, os quais podem abranger a esfera da sexualidade e do gênero visando à desconstrução de desigualdades e injustiças. É importante a atenção crítica à educação como dispositivo normalizador, mas precisamos

reconhecer que é também uma promissora área de resistência à normalização, às práticas sociais que Teresa de Lauretis denominou de tecnologias de gênero.

A educação, assim como outros aparatos culturais e políticos, nos adentra para a “normalidade” social, sendo que a generificação esperada é um de seus pontos principais, assim como a altamente demandada heterossexualidade. Outras formas de expressão de gênero e/ou de desejo tendem a ser punidas, recusadas e até mesmo suprimidas a depender do contexto em que aparecem.

Não é mero acaso que, no Brasil, onde historicamente a população tendeu a ser vista como caso de polícia e objeto de punição, com o retorno à democracia a partir de 1985, foram a saúde e a educação os primeiros serviços conquistados pelo povo brasileiro. Em outras palavras, ainda que – historicamente – nos países centrais essas áreas tenham criado o que Michel Foucault denominou de dispositivo disciplinar, aqui, entre nós, elas tornaram-se uma conquista democrática e se disseminaram de forma diversa. Nosso alcance retardatário à saúde se deu por meio de um sistema universal que, apesar de não ser perfeito, é um dos mais justos do mundo assim como a expansão do ensino se deu mais próxima das demandas “de baixo” do que dos intuitos normalizadores “do alto”.

Talvez isso ajude a compreender porque boa parte dos estudos queer, entre nós brasileiros/as, tenha focado em demandas de reconhecimento e direitos envolvendo a educação. No atual momento em que vivemos, marcado pela institucionalização e reconhecimento das ações afirmativas, assim como de demandas políticas de sexualidades outras, temos condições ímpares para – por

exemplo - ir além da abertura do ensino superior às pessoas historicamente racializadas e/ou subalternizadas. Chegou a hora de repensar os conteúdos ensinados, os quais – infelizmente – permanecem associados na manutenção do modelo profissionalizante das classes médias brancas e heterossexuais e sua imposição para os recém-chegados no sistema universitário: os não-brancos e não-heterossexuais, “xs estranhxs”.

Uma das possíveis traduções de *queer* em português é justamente a de estranho/a, aquelx que foi socialmente classificado como anormal. Se xs estranhxs começam a adentrar na universidade, é sinal que se tornou possível voltar-se contra esse processo de rotulação e subordinação social. É chegada a hora de estranhar as forças sociais, políticas e também teóricas que até hoje mantiveram “xs estranhxs” alocadxs no desvio e na anormalidade. Chegou a hora de estranhar essas forças e, no caso daquelxs a quem se dirige este artigo e esta revista, estranhar as próprias Ciências Sociais, alargando o aprendizado acadêmico para além do estabelecido e consolidado.

Discutir a Teoria Queer nesta revista de graduação em Ciências Sociais da UFSCar, a Florestan, é um privilégio, pois permite falar diretamente a uma nova geração a quem logo caberá o desafio de lutar pela transformação dos currículos permitindo que vertentes de pensamento como a Teoria Queer ganhem espaço. O que ela traz de novo – e necessário - é uma perspectiva crítica à normalização sexual, de gênero e mesmo racial implícita em conteúdos estabelecidos, formações disciplinarizantes e baseada em um culto a teorias sociais construídas para a manutenção da

hegemonia branca e heterossexual, a mesma que criou inúmeras desigualdades e injustiças que mal começamos a enfrentar.

REFERÊNCIAS

Benetti, Fernando José. *A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da Teoria Queer no Brasil (1980-2013)*. Florianópolis: UDESC, 2013. Monografia de Conclusão do Curso de História. Disponível online em: www.pergamum.udesc.br/dadosbu/000019/000019b1.pdf.

Butler, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Deleuze, Gilles e Guattari, Felix. *L'Anti-OEdipe – Capitalisme et Schizophrénie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1995.

Foucault, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2005.

Hall, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. P.103-133.

Hocquenghem, Guy. *El Deseo Homosexual – Con Terror Anal de Beatriz Preciado*. Barcelona: Melusina, 2009.

Louro, Guacira Lopes Louro. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: IEG-UFSC, 2001. V.9 n.2 p.541 a . Disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> .

McIntosh, Mary. The homosexual role In: Seidman, Steven (org.) *Queer Theory/Sociology*. New York: Blackwell, 1996. p. 33-40.

Miskolci, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

_____. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a.

_____. Um saber insurgente ao Sul do Equador In: *Periódicus – Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades*. Salvador: UFBA, 2014. V.1 n.1 p. 43-67 Disponível online em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10148/7252>.

Pelúcio, Larissa e Miskolci, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes In: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro: CLAM-UERJ, 2009. P.125-157. Disponível online em:

<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/26>.

Perlongher, Néstor. *O que é aids?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

Rubin, Gayle. *A Troca de Mulheres: notas para uma economia-política do sexo*. Mimeo.

Weber, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.